

PREÂMBULO

CIDADES – UM ESPAÇO OPRESSOR

As cidades tornaram-se um espaço opressor, repressor, segregativo, em particular para as crianças, idosos, deficientes, perdendo sua condição natural de convivência e expressão das relações sociais.

A criança é historicamente desconsiderada, vista pelos políticos e mesmo urbanistas, de forma padronizada, linear, sem as considerações quanto à sua diversidade sociocultural – faixa etária, condição econômica, demandas específicas, perspectivas humanas. Assim, edificam-se, constituem-se, remodelam-se as cidades, como se fossem elas entidades unilaterais, excludentes, sem levar em conta seus moradores, suas culturas, seus valores, necessidades, tão logo a serviço das forças econômicas e políticas, em sua maioria escusas. Daí os espaços inseguros, violentos, entupidos de veículos, toxinas, sem praças, parques e locais de convivência, suficientes e adequados.

Alguns gestores públicos, arquitetos e a própria ONU, através da UNICEF, estão acordando para a gravidade do problema, com sugestões de investimentos e melhorias dos espaços públicos – calçadas largas, vias especiais que possam dar mais qualidade, segurança e autonomia na circulação das crianças, idosos, gestantes, áreas de lazer e entretenimento etc. Ações que envolvem, não só o Poder Público - investimentos na ampliação e qualificação do espaço urbano – mas, igualmente, a mobilização de moradores, vizinhança, empresas, escolas, instituições culturais, ocupando-o com eventos, encontros, ciclismo, jogos, brincadeiras, caminhadas, observação de aves; que o território urbano seja retomado pelas famílias, pelas crianças, jovens, população em geral mediante o compartilhamento do afeto, da dignidade, da consciência coletiva.

As políticas atualmente – e erroneamente – vigentes (prioridade para automóveis, espaços comerciais, megaempreendimentos residenciais) necessitam ser questionadas, pois cerceiam direitos humanos, inibem a liberdade de ir-e-vir, provocam acidentes e tragédias diárias, violentam as mais espontâneas expressões do corpo e da mente. São elas promovidas pelos barões do capital, mancomunadas com súcias de políticos e empresários corruptos que, lamentavelmente, infestam, há séculos, o País. Também pela pasmação e comodismo da população!

Um esforço para se “desconfinar” nossas crianças e moradores, retirá-los dos apartamentos e guetos verticais, a que nos achamos todos subjugados, mui especialmente em centros urbanos maiores. Retirar a pecha de que a rua é local de desvios, de marginalidade, desigualdade, violência e dar-lhe ocupação, qualificação, revitalização. Lutar sem tréguas contra o abandono das vias públicas, a sujeira, a poluição, a destruição de praças e árvores, urgindo-se ações ousadas como arborização, preservação de nascentes, ampliação dos espaços verdes, revalorização histórica e ambiental. Uma reação e contraposição, enfim, aos que nos gabinetes, ante nossa passividade, decidem nossos destinos, e sempre contra nós!

A cidade é lugar do encontro com o outro, de convívio, de efervescência das manifestações lúdicas, culturais, sociais e não objeto de mercado, em que todos nós – crianças, jovens, adultos – somos relegados ao último plano!

AO PÉ DA FOGUEIRA

UM INCRIVEL BEBUM...

Conceituado empresário do ramo agropecuário, sendo a cachaça, em bem equipado alambique, uma de suas mais lucrativas atividades. Sua produção, embora pequena, mas de mais alta qualidade, refinamento, era uma exclusividade, quase uma raridade. Canaviais da própria fazenda ou complementados com safras adquiridas dos vizinhos. Os processos de fabricação praticamente artesanais, com técnicas e padrões inigualáveis. Cachaça, enfim, que tinha público seletivo, vendidas quase que, por antecipação, para empresários, médicos, magistrados, gente da alta sociedade.

Resolve, certo dia, no auge de fervoroso surto patriótico (de que tanto precisamos), rotular a cachaça com a efígie da bandeira nacional, mandando imprimir as etiquetas na gráfica local. Estaria contribuindo civicamente com sua nobre iniciativa, assim julgava. Afinal, era final de ano, chegavam muitos pedidos da cachaça para presente (cesta natalina, réveillon). Cerca de 2.000 garrafas achavam-se já rotuladas, prontas para serem encaminhadas à distribuidora e clientela, nota de saída já preenchida, datada, por sinal, dia 20 de dezembro. Eufórico, exhibe a carga a um irmão que o visitava, homem da área do direito, togado, entendido em leis, que se assusta e o questiona:

- Você não sabe que é vedada, por lei, a utilização de símbolos nacionais para fins comerciais?! E a bandeira é um desses símbolos... Algo passível de processos e de mil e um aborrecimentos...

Um desencanto, uma frustração para o patriótico empresário. A remessa, por precaução, é suspensa. Apõe-se na nota já emitida a observação de “cancelada”. As garrafas envolvidas pela bandeira nacional são retiradas da vista e do estoque, literalmente escondidas, até que se encontre uma solução.

Janeiro entrando, eis o fiscal batendo na fábrica. Uma inspeção inesperada, que a todos surpreendeu. Confrontados os números da produção, venda (saída) e estoque, o homem do fisco dá pela falta de 2.000 garrafas. Quer saber do destino dado a elas, mesmo porque ali constava uma nota cancelada, nessa mesma quantidade, de 20 de dezembro.

Proprietário por perto, questionado, prensado pelo argutivismo fiscal, ante o olhar e a fisionomia atônitas do homem da lei, exclamou:

- Bebi todas!



1916 - 2016

“Setembro viria, um dia, como porta de saída” (Clarice Lispector)

Cem anos! Caminhos e olhares de dor, de remissão, de compenetração, as mais exaustivas interrogações, o mudo agasalhamento sob a Misericórdia Divina.

Rememora-se dia 13/09 um século de um infortúnio, uma desgraça que marcaríamos, de vez, a história e o fadário de nossa terra. Uma inapagável dor coletiva e secular. O holocausto, ao amanhecer, da família de José Gabet, assunto que trataremos neste número. Ao perder os sete filhos e o marido, de forma tão infausta, avultou-se a figura de D^a Maria José dos Reis (Nhanhá Gabet), a única sobrevivente, superando todos os inimagináveis sofrimentos, passaria a dedicar integral e resignadamente sua vida ao próximo, à coletividade, a Deus. Uma dama ferida, a que o látego do martírio rasgaria o mais fundo ser, reverenciada, amada, gênio tutelar do bem e que se imortalizaria em luz, flor, amor.

Que sejam tempos para todos nós de reflexão, de exercitamento, humildade, comisseração, perseverança, arrendimento, brandura, quicá de retificação, transfiguração de nosso imaturo modo de viver. Fontes e mistérios de sofrimento, de emaranhamentos, de uma história que brusca, illogicamente, se parte, em frações labirínticas, que nos deixaram rastros tão agrestes, perguntas mil entre ciprestes, respostas que não nos são devolvidas...

ADIVINHAS

1- O que é, o que é? Tenho cauda, mas não sou cão. Não tenho asas e sei voar. Se me largam, eu não subo. Saio ao vento para brincar;

2- O que é, o que é? Caminha sem pés, voa sem asas e pousa onde quiser?

3- Qual o tipo de alimento que o político mais gosta?

4- O que o paraquedas disse para o paraquedista?

Repostas: 1- a pipa, 2- o pensamento; 3- As massas; 4- To contigo e NÃO ABRO!

Provérbios e Adágios

- Na falta de capão, cebola e pão (quem não tem cão caça com gato)
- O asno com ouro tudo alcança
- Não se apanham trutas com as bragas enxutas (o que é bom e belo custa caro)
- Quem canta não assobia
- Não se pode tocar a sanfona e bailar a marca (marca _ contra-dança)

Para refletir:

• “O abraço faz a gente se sentir bem. Acaba com a solidão. Faz a gente superar o medo. Abre passagem para os sentimentos. Constrói a autoestima. Estimula o altruísmo. Retarda o envelhecimento. Ajuda a controlar o apetite. Alivia a tensão. Combate a insônia. É ecologicamente benéfico, não tumultua o meio ambiente. Do ponto de vista energético é eficiente, economiza calor. Torna os dias mais felizes. Torna viáveis os dias impossíveis. Preenche os espaços vazios em nossas vidas. Continua trazendo benefícios mesmo depois de desfeito”

(Kathleen Keating, “A Terapia do Abraço”, Ed. Pensamento).

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Patricia Dayany Carvalho

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (horário comercial)

Falar com Patrícia Dayany Carvalho

NOTAS

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS

Segundo o Dr. Eduardo Assad, pesquisador da EMBRAPA e especialista em agroclimatologia, os produtores rurais necessitam estar sempre com os dois olhos bem abertos: um na lavoura, outro no céu. Acompanhar principalmente os sites de informações climáticas. “A pior chuva é a que está para acontecer, não a que passou” diz, com todo o conhecimento de causa.

Seja por excesso de chuvas ou estiagem (por influência do El Nino ou La Nina), as oscilações climáticas continuarão causando prejuízos bilionários ao campo. O País, para se contrapor às intempéries, necessita investir em novas tecnologias como sementes resistentes a ambientes extremos, a integrar lavoura-pecuária-floresta, o plantio direto rotacionado, investimentos em produtividade, plantio de cultivares de ciclo mais longo ou tolerantes a temperaturas elevadas e deficiência hídrica, o resgate de práticas conservacionistas do solo como terraços, curvas de nível, bacias.

Fundamental ainda que o produtor faça seguro que cubra, pelo menos 60% do custo. “O produtor faz um baita seguro de sua caminhonete, mas nada da plantação”, constata o Dr. Assad. Sugere o pesquisador que, em áreas de chuvas intensas, as margens dos rios sejam revegetadas, para proteger os mananciais; a ampliação da cobertura vegetal permitindo a infiltração de água e o fortalecimento do lençol freático, evitando-se erosões.

Alerta, ademais, para o excesso de uso de nitrogênio na lavoura, pois embora aumente a produtividade, ele gera óxido nitroso, cerca de 300 vezes mais letal que o CO₂.

(Fonte: Revista Globo Rural nº 364, Fevereiro 2016)

PROCURAM-SE VOLUNTÁRIOS

Necessitamos/buscamos voluntários que possam nos ajudar em pesquisas, compilação de dados, digitação e elaboração de textos etc.

Nossa memória histórica é rica e, dia a dia, surgem novas fontes ou caminhos de estudos/pesquisas (em cartórios, bibliotecas, acervos documentais e digitais, entrevistas). Assim, universitários (em especial das áreas de História, Letras e afins), estudantes de ensino médio, aposentado(a)s, pessoas eventualmente disponíveis estão sendo convocados. Para nossos jovens é excelente aprendizado e um exercício preparatório profissional, rendendo-lhes experiência, conhecimentos na área cultural e mérito curricular. Enfim, uma oportunidade imperdível, lembrando que são atividades que podem ser realizadas à parte, em horários de livre escolha, e que não penalizam, momento algum, as atividades diárias de cada um dos interessados.

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



BONITO E TRISTE

Uma família de costumes excêntricos, de vezes incomuns, mesmo para os padrões da sociedade conservadora, recatada, de então, idas décadas do século passado. Oito irmãos, entre homens e mulheres, vários celibatários, arredios ao contacto e ao convívio social. Verdadeiros ermitões, apegados à rotina daqueles despojados grotões.

Fazendeiros antiquados, residindo, há várias gerações, no mesmo imóvel da família ou em derredor à casa sede. Plantavam lavouras de subsistência, cuidavam do gado bovino, um enraçado crioulo; um razoável lote de ovinos de cuja lã fabricavam roupas para uso pessoal; do couro das reses mortas, caída em algum barranco, mordida por cobra cascavel, faziam arreatas, relhos, laços, até sandálias, exímios e celebrados artesãos que eram, trabalhando sob encomenda ou vendendo o excedente para terceiros. Quase nenhum relacionamento com vizinhos e viajantes, o estritamente necessário, aos quais tratavam com desconfiança, sob o mais rígido pudor e sisudez.

As mulheres viviam praticamente enclausuradas, cuidando da cozinha, dos teares, do monjolo, criação de aves, a enorme horta. Não davam a cara para estranhos. Construção rústica, descuidada pelos anos, minguado conforto. No cercado próximo, uma vasta e viçosa plantação de algodão. Um velho, enfolhado cafezal abaixo do curral de pedras.

A cidade lhes era um bicho papão. Coisa para esconjuros, território de intrigas, disse-me-disse. Mas também uma espécie de Xangrilá, um reino misterioso de onde chegavam notícias, novidades, um misto de perigo e glamour. Apenas um deles (vamos chamá-lo Egídio) deslocava-se esporadicamente até a cidade, “arraia de Santiágua”, como se expressavam num linguajar deturpado. Para entregar alguma encomenda (laços, solados) ou a compra de algum querosene, sal, ferramenta, que essas eram as únicas carências – “de precisão” – da fazenda. O resto, o de consumo, retirava-se da propriedade e com ostensiva abundância.

Franco, com palavras que chegavam ao desabrido e à impolidez, Tudo na bucha, sem esconder opinião. Conta-se que um deles, indo forçadamente a uma fazenda vizinha, (fora buscar um boi de sua propriedade que para lá se extraviara), convidado pelos moradores para tomar um café, ao prova-lo não gostou, julgando-o ralo, insosso. Disse ao casal atônito: - Pelo jeito, vocês tem pouco café na propriedade ou são muito seguros para servir uma xanguana dessas a uma visita. Vou mandar para vocês um alqueire de café... E se precisar, venho ensinar-lhes até como se prepara um bom café a ser servido a uma visita!”

O fato de ser o único que viajava e lidava na cidade, pagava impostos, conversava com autoridades, granjeavam autoridade e respeito doméstico para Egídio. Certa feita, num bate-boca doméstico, se impôs e silenciou de vez a um irmão que o ofendera. “Ocê me arrespeite, pois eu conheço Santiágua”.

Numa das vindas ao arraial, montado no burro de estimação, período de chuvas, não teve como retornar. Para ele, uma tragédia, uma perturbação, como dormir fora de casa?! Tempestade forte à tarde, córregos em volta da cidade – Rio Sujo, Ribeirão da Fábrica, Capão Grosso – transbordantes. As estradas, um lamaçal só. Relâmpagos e coriscos aterrorizadores. Loucura viajar naquelas condições. Sabino Resende, comerciante da cidade, dono de celebrada estalagem, homem de posses e do qual Egídio era freguês e amigo, oferece-lhe pouso. Desculpa-se pela casa cheia, época de férias, sobrinhos que estudavam na Capital ali se achavam alojados.

Jamais pernovernara fora de casa. Nenhuma familiaridade com “luxo” ou qualquer modalidade de etiqueta. Convidam-no para jantar. Não tinha a menor noção de como usar guardanapo, talheres, pratos fundos, todo aquele requiiffe, ali à mesa adornada, recheada dos mais finos e diferentes acepipes.. Alimentou-se relativamente mal, “por cerimônia”, esclareceria depois e ainda assim cometendo muitas gafes. Encantou-se, porém, com a hospitalidade de todos e

o requinte do ambiente. Sem dúvida, agradável o conforto, inovador o tal “progresso”!

À hora de deitar, é conduzido pelo anfitrião, sob a luz de uma candeia a óleo de mamona, a um quarto simples, adaptado, pois os demais cômodos achavam-se ocupados pela numerosa família e viajantes. Cama aconchegante, lençóis de refinado brim, cobertor felpudo, a qual ele – acostumado a deitar-se cedo na fazenda – busca se acomodar. O dono, vendo o hóspede instalado, apaga a lâmpada e se retira, ficando o ambiente um verdadeiro breu. Noite escura, virada de lua nova.

Recinto estranho, embora buscasse dormir, não obtém logro. Um barulho, um estridido anormal, intermitente, exasperante, logo toma conta do aposento. Parecia um serrote em ação. Crr...Hic...Hif...Roc...Roc.. Uma assombração, decerto. Seria uma cuca?! Estaria ela serrando o teto para adentrar o recinto?! Mas o comerciante nada falara sobre almas penadas, seres azarados ali. Assusta-se. Quem sabe uma folgança dos moradores da casa, dos moços, sabendo-o homem ingênuo, gente do mato, a fim de pespegar-lhe um susto. Balbucia uma oração. O barulho prossegue, agora mais forte. Hic...Roc...Hif...Hoc... Em meio à escuridão, ambiente estranho, o que fazer?!

Decide ficar quieto, imóvel, aguardar o amanhecer. Respira curto, trêmulo. O máximo de silêncio. E mão nas contas do rosário que trazia sempre consigo. Até que, de supetão, cai-lhe - sobre o corpo - algo pesado, ressequido, prendendo-o pelo tórax. Um fantasma e dos bravos, um monstro saído das trevas ali a comprimi-lo. Pensa em gritar, apelar por socorro, mas o “bicho” poderia sufoca-lo, liquidá-lo de vez. Também não queria trazer desassossego, provocar dissabores para os anfitriões ou até mesmo expor-se ao ridículo. Praticamente sequer se mexeu, não pregando o olho ao longo da noite. Não dormira, direito, uma ave-maria, pensa, em meio ao fundo, ofegante arfar do peito...

Aos primeiros clarões da aurora, entre apalermado e perplexo, o fazendeiro percebe que o “monstro” que caíra enleante sobre seu corpo, aprisionando-o ao leito era uma simples sela de montaria. O quarto em que se achava alojado, era uma espécie de almoxarifado, um depósito onde o comerciante guardava arreatas e apetrechos de couro – produtos em voga, à época, pois pouquíssimos automóveis circulavam em nosso meio – para comercialização em seu sortido armazém. Um dos arreios presos ao teto, roída a alça ou aselha por um rato, (daí o barulho do “serrote”) se soltara precisamente à hora de repouso do acanhado hóspede, justo sobre o seu peito! Fora uma noite, sem dúvida, de aflições...

Nada narra ao anfitrião e família quanto às peripécias da indormida noite. Após servir-se do café que lhe fora ofertado, animal arreado no pátio, despede-se, grato.

Ao chegar em casa pela manhã, perguntado sobre o pernoite no arraial – todos ficaram preocupados com sua ausência -, Egídio, com orgulho, após expor aos irmãos boquiabertos os fatos por ele vividos, encerrou pomposamente:

- Foi tudo muito bonito e...triste!



TRAGÉDIA DA FAMÍLIA GABET

O que levará uma pessoa de hábitos sociáveis, altamente conceituada, aparentemente equilibrada a tomar atitudes insanas, de consequências tétricas, as quais assombram até mesmo a mais fria e insensível das criaturas e levam perplexidade à sociedade, à posteridade?!

São Tiago, consternada, relembra neste mês corrente de Setembro os 100 anos da tragédia que vitimou a família de José Gabet Júnior e jamais apagada da mente da população. Cidadão respeitado, experiente, cordato, pai zeloso, marido dedicado, das mais tradicionais famílias da região, José Gabet era mercador de gado, viajando por vastas extensões do território mineiro e mesmo aos sertões goianos, conduzindo e negociando manadas. Era conhecido e amigo de dezenas de fazendeiros, ao longo das propriedades, lugarejos e cidades por ele frequentados, em seus negócios de compra, venda e transporte de gado.

No dia 13 de Setembro de 1916, viu-se o então arraial – daí expandindo-se rapidamente por toda a região e Estado – tomado pelo funesto acontecimento. José Gabet, recém-chegado de uma viagem ao Centro-Oeste mineiro, dera cabo de toda a família, induzindo

a esposa D^a Maria José dos Reis, vulgo Nanhá Gabet, a ministrar vermífugo às crianças e a todos da casa. Na verdade, estricnina. Difícil compreender tamanho transtorno psíquico e tão fatídico desequilíbrio emocional. Desconhece-se, até os dias atuais, inteiramente as causas – problemas, dramas, adversidades – que levaram a tão grave despropósito, no qual José Gabet teria vislumbrado tão somente o desespero, a dor, a morte, o desamparo, a iminência de violência contra si e toda a família. A vulnerabilidade, a impotência, a fragilidade – e ele homem tão destemido, arrojado! – o denso conteúdo de ameaças e terror a rondar-lhe o lar! Sequer ousou reportar-se a alguém, a alguma ajuda, a começar pela familiar ou religiosa, sabendo-se ser ele pessoa de fé e consolidados princípios!

Levaria para o túmulo, juntamente com os inocentes filhos, as reais ou integrais causas de seu tresloucado ato.

A comunidade, em especial familiares, jamais se restabeleceram de tamanha devastação. Um estigma já de cem anos, gravado, indelevelmente, na memória coletiva.

LIVRO ‘TORRENTES DE PAIXÕES’

autoria de Maria de Lourdes Reis – Gráfica Brasil Central, Brasília, s/d

Trata-se de reprodução familiar da tragédia que envolveu José Gabet. A história/enredo passa-se durante a 1^a Guerra Mundial, em grande parte em São Jerônimo (São Tiago). São vários os personagens:

- Teófilo e Alzira (personagens que representam o casal Sabino Reis e Maria da Glória) fazendeiros, que se mudaram para o sertão. O casal e vários filhos: Helena, casada com Luciano, boiadeiro; Pedro, o filho mais velho, casou-se com Alzira. Traído, enlouquecera; Alice casada com Marçal; Paulo, casado com Angélica; Ritinha, casada, a contragosto com Fausto, pois amava Armando; Joana, também casada.

- Outros personagens da trama: Chiquita e Cândida, criadas negras; Marcelino, empregado da Fazenda “Bom Retiro”; Cel. Procópio, amante de Alzira; João, criado, vindo a casar-se com Chiquita; Tio Juca e Tia Cota.

- Os personagens Helena e Luciano representam, respectivamente, D^a Nanhá e José Gabet, pais dos filhos Marcos, Luisinho, Marta,.... Por profissão boiadeiro, vida itinerante, dentre suas inúmeras viagens pelo interior do País, teria seduzido uma jovem em Monte Belo (Campo Belo) que viria a engravidar.

Temeroso ou ameaçado de vingança, Luciano/José Gabet provoca a morte dos filhos (nomes reais)– Maria da Glória, José, Teodório, Sebastião, Geralda, Antonia, João – envenenados com estricnina, e suicidando-se ele, em seguida, na manhã de 13/09/1916. A esposa, embora também envenenada, socorrida por vizinhos, conseguiria sobreviver.

O QUE TERIA PROVOCADO TAMANHA TRAGÉDIA?

Recém chegado de uma viagem, dentre as muitas por ele realizadas na condução e comercialização de gado (regiões Oeste de Minas, Alto Paranaíba, Alto São Francisco e Triângulo Mineiro), José Gabet informou à esposa que, todos ali, na família, achavam-se achacados de verminose. Daí, ele ter adquirido vermífugos, recomendando-a ministrar as doses indistintamente, a todos os filhos, no mesmo horário e que ela também tomasse da poção. – Eu também vou tomar, afirmou Gabet.

A esposa não teria percebido transtornos no comportamento do laborioso marido - um homem reconhecidamente trabalhador, sempre dedicado à família, embora pouco convivesse com os seus, dadas as suas extensas atividades mercantis itinerantes – semanas e meses pelos sertões - de onde extraía o sustento familiar. São Tiago, como tantos outros de nosso meio, era um arraial pobre, economia de dura subsistência, fazendo com que muitos de seus filhos buscassem fora formas de sobrevivência e mesmo de riqueza.

Tão logo, pela manhã, aplicou o “vermífugo” - na verdade doses letais de estricnina – as crianças queixaram-se do gosto e uma a uma, passaram a ter dores lancinantes, tombando ao solo, em indescritíveis estertores, fulminante agonia. Entre a primeira e a última das crianças “medicadas”, passaram-se cerca de dez minutos. D^a Nhanhá, que tomara o “remédio” por último (ou ao experimentá-lo, julgando-o estranho ou não o consumindo ao todo e por ser adulta, mais resistente) viu-se mergulhada no mais dantesco dos cenários. O gritar, o contorcer, o cair dos filhos pelo terreiro, as vascas da morte, a todos, ceifando. Ainda teve ela forças para gritar, em vão, pelo marido, a essa hora, decerto já morto; acorreram-lhe, todavia, vizinhos e transeuntes (a família residia no local “Pavuna”, arrabaldes do arraial) que lhe ministraram bastante leite, fazendo-a regurgitar o terrível tóxico. Quanto às crianças, nada mais se pode fazer, pois já estavam mortas.

Conseguiria ela sobreviver e assistir ao enterro dos sete filhos e do marido (este fora encontrado, já inânime, algum tempo após, também envenenado, nos fundos da pequena propriedade rural onde residiam. Uma versão diz que fora encontrado abraçado a uma das filhas).

O tétrico acontecimento abalaria toda a região. No dia seguinte, oito caixões eram conduzidos por uma multidão perplexa, não só do arraial, mas de comunidades vizinhas. D^a Nhanhá, debilitada, o coração despedaçado, impossibilitada de acompanhar o féretro, dentre lágrimas intensas, convulsivas, encontrou ainda forças e fôlego, para, da janela – num último olhar aos caixões em movimento – proferir a seguinte, dolorosa frase: - “Lá vão as flores do meu jardim, acompanhadas por Lúcifer”.

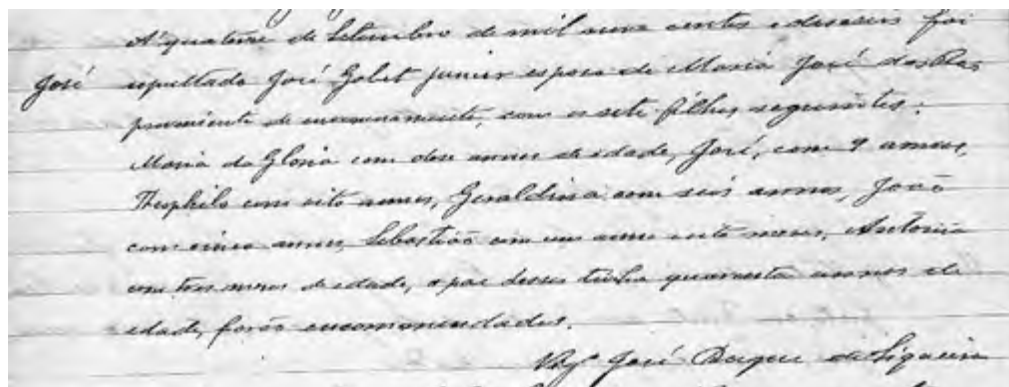


Foto dos caixões e populares à volta à hora do sepultamento - 14/09/1916

Filhos do casal José Gabet Júnior e Maria José dos Reis, imolados na manhã de 13 de Setembro de 1916:

- Maria da Glória - DN 27/02/1905
- José Gabet Filho - DN 18/06/1907
- Theóphilo Gabet - DN 25/02/1909
- Geraldina - DN 22/09/1910
- João Gabet - Não localizada
- Sebastião - 11/01/1915
- Antonia Gabet - Não localizada

Os atestados de óbito foram assinados pelo ilustre médico são-tiaguense Dr. Antonio das Chagas Viegas - Causa “Envenenamento”



Certidão de óbito de José Gabet e filhos - Livro de óbito da Paróquia

Razões da tragédia

A provável causa do tresloucado ato geraria muitas perguntas e pouca resposta, ao longo dos anos. O verdadeiro motivo Gabet, na verdade, levava para o túmulo, por ele a ninguém revelado, ainda que à custa do extermínio de praticamente toda a sua família.

Dada a sua vida comercial ambulante, José Gabet viajava semanas, até meses ininterruptos, por fazendas, povoações e cidades, nelas se hospedando. Experiente homem de negócios, à frente de comitivas de gado, no vaivém de sua existência, relacionava-se com muitas pessoas, geralmente fazendeiros, granjeando amizade, hospitalidade, respeito. Numa destas suas inúmeras passagens e travessia, o boiadeiro teria contraído febre amarela, sendo acolhido em uma fazenda, de propriedade de poderoso e rico coronel, onde foi zelosamente cuidado, com o apoio da família, inclusive de uma filha jovem e solteira. Nas semanas de cuidados e mesmo convalescença, teria surgido uma intimidade entre ambos, daí a um relacionamento amoroso clandestino, de desastrosas consequências. Devidamente restabelecido, Gabet parte, deixando, sem o saber, a jovem grávida. Daí a tempos o escândalo. A gravidez evidenciada, numa época de rigorosos, implacáveis costumes. Ante a desonra da família, a infâmia familiar, o coronel contrata pistoleiros com a ordem de executar Gabet, levando-lhe as orelhas, como prova da morte, do homem que lhe profanara o lar, de forma a mais pusilânime, abusando de sua hospitalidade e caridade, violando-lhe a filha.

A jovem grávida, conhecedora dos horríveis, vingativos planos de seu pai, temerosa, teve tempo de avisar o sedutor ou o assunto chegara-lhe antes. Há outras variações, a esse respeito: uma delas diz que amigos do boiadeiro, seus companheiros de comitiva, teriam tomado conhecimento das ameaças do fazendeiro vilipendiado, avisando-o. Outra versão afirma que um dos capangas teria adoecido – acometido de maleita – atrasando, assim, a execução dos planos, permitindo a Gabet ser comunicado previamente.

No dia do sepultamento das infelizes crianças e de Gabet, à descida dos caixões, dois homens estranhos, de fisionomia rude, questionaram alguém na Praça da Matriz, se ele conhecia e onde morava José Gabet. O cidadão, apontando o féretro, esclareceu: - Ele segue ali em companhia dos filhos. Após se inteirarem com outros moradores, ali presentes, todos em estado de choque e pavor, convictos os desconhecidos da morte de Gabet, deliberaram retornar, prestando contas ao coronel vingador.

A tragédia, como já vimos, teve larga repercussão, sendo retratada em jornais e revistas da época. D^a Nanhá, a mãe, que, sem o saber, desconhecendo os planos desvairados do marido, envenenara os próprios filhos. Além da indescritível dor, seria ela chamada a depor ante autoridades policiais e judiciais da época, tendo, ademais, que superar pérfidas suspeitas e maledicências de que fora ela autora da ignóbil chacina ou, no mínimo, cúmplice, porquanto fora ela quem ministrara o veneno às indigitadas crianças!



Os irmãos: D. Nanhá, Sr. Alexandre e D. Josina

DADOS BIOGRÁFICOS

D^a Maria José dos Reis, vulgo Nanhá Gabet, é figura sumamente reverenciada, exaltada pela memória local. Mulher que retirou da mais extrema dor, da mais cruel provação exposta a uma mãe e esposa, forças e seivas para servir, após o holocausto de todos os filhos, vítimas do pai e esposo ensandecido.

Mais conhecida por Nanhá Gabet (ou Nanhá do Zé Gabet), nasceu ela em Itapecerica, MG, aos 04/10/1883, filha de Sabino Firmino dos Reis e Maria da Glória Reis. Casou-se, em São Tiago, aos 27/06/1898, com apenas 15 anos, com José Gabet Júnior, ele então com 22 anos. José Gabet era filho de José Zeferino Gabet e Emilia Cândida de Resende, tradicional família de nosso meio. O casal teve sete filhos: Maria da Glória, José Gabet Filho, Theophilo Gabet, Geraldina, Sebastião, João Gabet e Antonia Gabet.

O marido, por profissão mercador de gado, viajava, amiúde, pelo interior do Estado, conduzindo e comercializando rebanhos. Residiam no lugar “Pavuna”, nas adjacências do arraial, em pequena propriedade. No dia 13/09/1916, seu esposo, recém chegado de uma viagem, induzira-a a aplicar vermífugos aos filhos e a ela própria. Na verdade, era veneno (estricnina), levando à morte todos os seus filhos e o próprio esposo. Ela conseguiria sobreviver, pois fora socorrida a tempo por vizinhos.

Passou, após tamanha tragédia, a servir. Professora, diretora de um orfanato em Bom Sucesso, líder de movimentos e associações religiosas, dentre elas o Apostolado da Oração. Manteve, ademais, uma escola de artes e ofícios em São Tiago, para crianças da comunidade. Adquirindo uma imagem de Nossa Senhora, acondicionou-a em um oratório, realizando visitas domiciliares e por comunidades próximas, com a ocorrência de orações, novenas, leilões beneficentes.

Durante a II Guerra Mundial, com o Brasil e nossa região assolados pela terrível “Febre Espanhola”, D^a Nanhá Gabet implantou – com a ajuda de D^a Maria dos Anjos de Melo Faria, outra grande benemerita de nosso povo – um centro de atendimento e reabilitação aos doentes locais e de comunidades vizinhas, incluindo ambulatório, alojamento (leitos), cozinha e medicação. (Ver matéria em nosso boletim n^o X – Julho/2008).



O casal José Gabet e Nanhá (à esquerda uma parenta não identificada)

Jamais abandonaria – ao longo de 44 anos, até a sua morte - a cor negra em suas vestes, cingindo sua dor no mais pesado luto.

D^a Nanhá é patronesse da cadeira 24 do Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago, cuja titular é sua sobrinha-bisneta, a prof.^a Maria Inês Vieira de Almeida.

Faleceu aos 03/05/1960, em sua residência, na Praça da Matriz, contando 76 anos, sendo sepultada no Cemitério local.

“Nanhá Gabet, mulher de ‘aço e flores’, que viu o desabrochar e o apagar da vida de seus filhos e ainda que, numa dor incontida, viveu para servir” (Maria Inês Vieira de Almeida).

Segundo a oralidade, a 1^a pessoa a socorrer D. Nanhá, naquela sinistra manhã, foi D. Rita Maria da Conceição Correia (Rita Correia)¹, avó do Sr. Jesus Correia, que ao ouvir os cruciantes gritos vindos do local “Pavuna” para lá se dirigiu, incontinenti e a que se sabe reuniram outros moradores e passantes, conseguindo ainda salvar D. Nanhá, nada podendo fazer pelos filhos, todos já praticamente mortos.

1. D^a Rita Correia faleceu em São Tiago aos 23/08/1930 aos 90 anos de idade (Certidão de óbito – Livro 03 – C, fls. 161v, termo 57 – Cartório Registro Civil e Notarial de São Tiago).

Narra a tradição que certa feita, duas décadas passadas da tragédia, um jovem estranho, bem apessoado, elegante, bate à porta da D. Nanhá. Pede para falar-lhe, iniciando com singular pedido, prosseguindo-se um tenso diálogo assim retratado no livro “Torrentes de Paixões” – pág. 14.

“Venho a fim de pedir-lhe perdão.

- Perdão, senhor, só se pede a Deus. E quem sou eu para perdoar-lhe algo?

- Sim, senhora, perdão. Não para mim, mas para minha mãe que está enferma e não deseja morrer sem ouvir esta palavra de seus lábios.

- E quem é o senhor?

- Aquele, que, involuntariamente, há vinte anos, foi a causa de seu infortúnio.

Uma bomba que caísse aos pés de Helena não teria causado mais efeito. Vinte anos de dúvidas, interrogações e mistérios ali estavam, feitos em realidade. O tempo retrocedeu como se um mago caprichoso retrogradasse os relógios. O presente cedeu ao passado que voltou vivo e impreciso.”

Era o jovem ali à sua frente, em carne e osso, cortês, mas também sofrido, o filho do indigitado sub-reptício romance entre seu marido e uma jovem “do sertão”, pivô de toda uma tragédia a perpassar décadas, gerações ...

Romarias a CONGONHAS DO CAMPO

“Os romeiros sobem a ladeira / cheia de espinhos, cheia de pedras / Sobem a ladeira que leva a Deus / E vão deixando culpas no caminho”
Poema “Romaria” – Carlos Drummond de Andrade).

As romarias a Congonhas do Campo, no mês de Setembro, em tempos idos, mesmo nos dias atuais, eram/são contagiantes, instigantes. Centenas, milhares de devotos desloca(va)m-se, anualmente, de todos os cantos, por todos os meios, a fim de honrarem o Senhor Bom Jesus de Matozinhos. A cavalo, a pé, em carros de bois, carroções, nas carrocerias de caminhões, fiéis – muitos deles, pagadores de pesadas promessas – homens, mulheres, crianças, jovens, idosos, deficientes, tomavam o rumo da cidade dos Profetas.

Apesar da viagem cansativa, dias e até semanas de exaustivo, desconfortável percurso, por montanhas e grões, havia, ali chegados, a satisfação dos fiéis no cumprimento de promessas, a assistência ao cerimonial litúrgico, missas, procissões, bênçãos, doação de espórtulas; alguns, agraciados com curas e soluções de problemas graves, faziam a entrega de ex-votos⁽¹⁾, expostos na “Casa dos Milagres”. Havia outros, ademais, que aproveitavam o ensejo na cidade, meados do século passado, para uma consulta junto ao famoso sensitivo Zé Arigó⁽²⁾.

Fiéis de toda as partes e rincões, de todas as classes sociais, congestionavam a pequena Congonhas, transformando-a, em particular o perímetro do Santuário, em verdadeiro, colossal formigueiro humano. Calculam as autoridades que, cerca de 5 milhões de pessoas, participam do Jubileu do Senhor Bom Jesus de Matozinhos, em especial entre os dias 7 a 14 de Setembro. Pedem elas de tudo: a solução de problemas e conflitos existenciais, de saúde, dinheiro, emprego, trabalho, rixas com terceiros etc.

De nossa região, acorriam, igualmente, centenas de devotos. Famílias inteiras se deslocavam até Congonhas. Lá, os romeiros se instalavam, geralmente, no antigo pouso, denominado “Romaria”, uma construção de forma circular, demolida na década de 1960 (onde hoje funciona um museu de artes sacras e mineralogia). Instalavam-se ou armavam-se os estrados, alguns sobrepostos, tipo de “andares”, permitindo assim maior acomodação e espaço para as pessoas em peregrinação.



Dessas jornadas e aglomerações em Congonhas, surgem situações constrangedoras, senão grotescas, ocorridas com devotos de nossa cidade, de que nos permitimos relatar as seguintes:

I - Dona Linda Rosa, com um grupo de familiares ou conhecidos, tomava o rumo de Congonhas, todo ano, no mês de Setembro, devota incondicional de Senhor Bom Jesus de Matosinhos. Um compromisso sagrado, realizado a qualquer custo. Em tempos passados, menina e mocinha, chegara a ir a pé, em companhia dos pais. Agora, iam de ônibus ou caminhão “pau de arara”. Viajavam prevenidos, levando mantimentos, vasilhames de cozinha, talheres, lá preparando suas refeições.

Dona Linda Rosa não deixava de levar consigo um recipiente indispensável, especial: uma lata dessas de gordura de coco, capacidade de uns cinco litros e que lhe servia para a higiene pessoal, íntima, até mesmo um banho de “chap-chap”, água ali obtida nas torneiras próximas, por vezes, com restrição. Privacidade era algo difícil, aquele atropelo de gente, como ocorre em ambientes coletivos, mas dava-se um jeito. Solidariedade, ali não faltava entre os devotos, mesmo com os tipos mais estranhos. Assim, eram pedidos de empréstimo de vasilhas, de algum alimento, que olhos alheios observavam, requisitavam.

Terminada uma de suas sessões de assepsia, preparava-se Dona Linda Rosa para guardar a vasilha de banho, quando dela aproximou-se um romeiro, instalado ali ao lado, senhor já enpanhado, de aparência e forte sotaque sertanejo, alguns acompanhantes ao seu lado, dizendo-lhe:

- A senhora poderia me emprestar esta sua vasilha – é para eu preparar um café aqui pro pessoal...

II – Um dos habituais e mais entusiasmados romeiros, de nosso meio, era o sr. João Rodrigues, proprietário da Fazenda das Gamelas, que, anualmente, a cada jubileu, acorria a Congonhas. Como era de praxe, organizavam-se grupos de familiares, vizinhos, moços, todos cavaleiros corajosos, habilidosos, dispostos a enfrentar longas e trabalhosas viagens.

A comitiva, composta por homens, mulheres, jovens e animais, levava rancho – víveres, roupas de uso pessoal e de cama, trepes de fogão, vasilhames em geral, até armas, para fins de defesa no caminho, porquanto havia riscos de assaltantes ou animais selvagens. Numa de suas várias idas, alojados todos na parte térrea, baixa da hospedaria, preparava João Rodrigues, certo entardecer, um café para o pessoal – alguns familiares, ali à volta da trempe, na expectativa do saboroso, vigoroso café; outros, sendo esperados, pois tinham ido até a basílica – água fervente, borbulhante na chaleira, ao despejando-a no coador, quando paf-puff, um volume escuro, espiralado, despencara do alto da plataforma superior, caindo justamente dentro do coador, esguichando por todos os lados, inclusive nas roupas das pessoas e objetos em volta.

Surpreso, boquiaberto, ao olhar para cima, buscando entender o que se passava, João Rodrigues divisou, à meia luz crepuscular, partes à mostra de um corpo adulto seminu, nádegas brancas, rechonchudas, escarranchadas, o espaço usado como sanitário, “obrando” e assim “presenteando” o pessoal de baixo. Indignado, apoplético, fora de si, João Rodrigues sacou da garrucha, a custo seguro pelos companheiros, dando disparos para o alto. Incidente que ainda lhe trouxe dissabores junto às autoridades locais...

NOTAS

(1) Ex-votos Suscepto ou simplesmente Ex-votos – Expressão de origem latina que significa “voto realizado”. São presentes, ofertas, manifestações votivas dadas pelos fiéis aos seus santos de devoção, em consagração, renovação, agradecimento por graças alcançadas. Assim, os fiéis produzem manuscritos, falas, fotos, quadros, pinturas, desenhos, figuras esculpidas em madeira, gesso, cera, argila ou placas, muitas delas representando partes do corpo que estavam adoecidas e ficaram curadas. São, enfim, formas, ritos, valores litúrgicos, de ressignificação religiosa, de matrizes pagãs e ocorrentes desde a mais remota Antiguidade.

Os Ex-votos, que os estudiosos denominam “contratos de promessa e dívida”, são colocados em igrejas, capelas, cemitérios, estátuas, cruzeiros, existindo, a respeito, museus ou salas especializadas, inclusive em Congonhas do Campo.

(2) José Pedro de Freitas, vulgo “Zé Arigó” (18/10/1921-11/01/1971) Extraordinário paranormal que, assombrou o Brasil e o mundo, realizando milhares de atividades e cirurgias mediúnicas, amplamente registradas através de filmes e documentários, segundo ele conduzidas pelo Espírito Dr. Fritz. Chegou a ser estudado por cientistas de outros países, inclusive da NASA-Agência Espacial Norteamericana.

Zé Arigó foi trabalhador rural, em minas de ferro, caminhoneiro. Coursou até a 3ª série primária. Casado com uma prima, D^a Arlete André, de cujo consórcio tiveram 6 filhos. De formação católica, dizia, desde criança, ser “perseguido” por uma luz muito brilhante e que “ouvira” uma voz, numa língua gutural estrangeira. Posteriormente, essa “voz” se apresentaria como o Dr. Adolpho Fritz, médico alemão morto durante a 1ª Guerra Mundial, que lhe informou ter a missão de tratar, curar os doentes da Terra. Resistiu inicialmente à convocação do “Dr. Fritz”, mas acossado por insônias, pesadelos, resolveu tendê-lo. Abriu uma clínica em Congonhas, tratando gratuitamente todos os que o procuravam. Perseguido implacavelmente pela Igreja (Diocese local), médicos, Conselho Regional de Medicina, Ministério Público e outras autoridades judiciais. Preso e condenado duas vezes, acusado de charlatanismo e exercício ilegal da medicina, cumpriu pena na Cadeia de Condeleiro Lafaiete. MG.

Operava com canivetes, sem anestesia ou assepsia, extirpando cistos, tumores, lipomas, sem que saísse sangue ou os pacientes sentissem dor. Proezas inquestionáveis, até os dias atuais. Realizou curas célebres, como as do Senador Lúcio Bittencourt, do cientista americano Dr. Puahrich, do cantor Roberto Carlos e outras celebridades, de uma filha do Presidente Juscelino Kubitschek etc. Atendia a uma média de 200 pessoas diariamente. Por sua causa, Congonhas chegou a ter linha de ônibus direta a Buenos Aires, Santiago do Chile etc. além de voos aéreos especiais de vários países da América do Sul, Estados Unidos e Europa. No dia de sua morte – em um acidente automobilístico – a Igreja determinou o fechamento de todos os seus templos, proibindo o velório de Arigó em seu interior. Nem na morte, o clero deu-lhe sossego...



Dr. Adolph Fritz

DR JÚLIO FERREIRA DE CARVALHO 70 ANOS DE POSSE NO GOVERNO DE MINAS GERAIS (1946-2016)



No dia 14 de agosto de 1946, nosso ilustre conterrâneo Dr. Júlio Ferreira de Carvalho tomava posse no governo de Minas Gerais, na condição de interventor, nomeado pelo então Presidente da República, Mal. Eurico Gaspar Dutra. O Brasil achava-se, à época, recém saído da ditadura getulista (1930-1945), portanto em processo de transição democrática. Dr. Júlio exerceria suas funções, à frente do Estado, até o dia 16 de Novembro, quando se desincompatibilizou para concorrer às eleições de deputado (estadual), sendo eleito.

Trata-se de evento significativo para a nossa comunidade, pois Dr. Júlio Ferreira de Carvalho, aqui nascido na histórica Fazenda da Várzea Alegre, aos 28/01/1893, soube sempre elevar e honrar o nome de sua terra natal, ocupando e exercendo, ao longo de sua vigorosa existência, os mais altos cargos e funções públicas (promotor de justiça, advogado geral do Estado, deputado, presidente da comissão de redação da constituição mineira de 1946, presidente do Conselho Consultivo do Estado (1932), da OAB-MG, juiz do TRE, interventor estadual etc.) ao lado de suas atividades profissionais autônomas. Foi o Dr. Júlio um dos famosos e conceituados advogados mineiros à sua época (seu escritório à Av. Afonso Pena, 599, em B. Horizonte, era frequentado e disputado pelas mais altas empresas do Estado – mineadoras, empreiteiras, bancos, empresas de bebidas, dentre elas a Antártica etc.) Foi ainda, na vida privada e profissional professor universitário (área de direito, da qual era exímio especialista), presidente da OAB-MG e Instituto dos Advogados de M. Gerais (1951), jornalista, editor (Revista Forense), membro de várias entidades como o Automóvel Clube, etc. Dr. Júlio faleceu em Belo Horizonte aos 22/10/1962, sendo sepultado com honras oficiais e homenagens de toda a sociedade mineira.

Tamanhas credenciais e renome, infelizmente, pouco, nada valem para as autoridades constituídas do Município. Nenhuma homenagem, sequer nome de rua, um busto, até os dias de hoje. E por mais que abordemos o assunto, por mais que cobremos uma ação – ainda que uma mínima manifestação – em particular da Câmara Municipal, a quem cabe designar nomes de logradouros públicos, nada se faz!

Enquanto nos omitimos – e de forma vergonhosa – Dr. Júlio Ferreira de Carvalho é homenageado por outras comunidades. Em Espera Feliz, a maior escola pública local tem o nome de “Escola Estadual Interventor Júlio de Carvalho”. Quando dos 50 anos de seu falecimento (2012), alertamos, uma vez mais, as autoridades – a quem cabe tal responsabilidade e iniciativa (ora, como os tempos estão mudados, em termo de administração pública, talvez nem seja!!!) quanto à necessidade de homenagearmos nosso ínclito filho. Palavras, como de sempre, ao vento...

Uma curiosidade: Dr. Júlio Ferreira foi advogado no processo da fortuna deixada pelo famoso filantropo Felício Roxo, defendendo os interesses de uma filha (natural) e herdeira do milionário. Assunto rumoroso e que ocupou as páginas da imprensa (em especial do jornal “A noite”) e os tribunais por anos!

PATRIMÔNIO CULTURAL

Patrimônio, segundo o Dicionário Aurélio, é o conjunto ou complexo de bens materiais ou não, posses, direitos, ações, tudo o que pertence a uma pessoa, suscetível de apreciação econômica; é também a herança que recebemos ou deixamos para alguém.

O Patrimônio Cultural está ligado à herança coletiva. São os bens culturais que registram e identificam a memória de um grupo social – de uma cidade, uma nação, uma associação, entre outros. Tais bens – materiais e imateriais – são definidos pelo seu valor artístico, cultural, histórico, afetivo, de reconhecido interesse público.

Dentre os bens culturais materiais, podemos incluir sítios naturais e arqueológicos, fazendas e casas históricas, ruínas, objetos, igrejas, praças com estruturas arquitetônicas e urbanísticas de realce. Quanto aos bens culturais imateriais, podemos mencionar celebrações, tradições, ofícios, artesanato, culinária com suas formas típicas de produção (ex. produção de biscoitos, como é o nosso caso) e tantos outros.

Para proteção do patrimônio é necessário seu tombamento ou registro, cabendo ao Poder Público protegê-lo, através de inventário, de vigilância, medidas de preservação e todas as formas de promoção. É o que consta, em especial, na Lei Orgânica Municipal, de que muitas autoridades parecem desconhecer. Cabe, ademais, à sociedade absorver e valorizar o patrimônio local e nacional, pois trata-se de enaltecer nossas origens, nossa história e memória, defendendo-o e resguardando-o para nós e as próximas gerações.



Em São Tiago, o que se vê?! É o contrário. Casas históricas demolidas, sob a incrível omissão do Poder Público. A liteira, valioso bem cultural da cidade, que a Prefeitura nunca dispõe de recursos para sua restauração. Mas, para festas...

Sem falarmos em livros raros que pertenceram a Pe. José Duque, Dr. Henrique Pereira etc. que poderiam/deveriam estar já restaurados.

O próprio nome da Festa do Café com Biscoito foi desfigurado (A denominação original era “Parada do Café com Biscoito”, em referência à parada de tropeiros e viajantes para se abastecerem no antigo arraial). Poderíamos ter outros eventos, como o de Culinária de Fogão, resgate de tradições folclóricas (cantigas de roda, festas juninas, catira etc.).

Outras iniciativas: tombamento da “água velha”; estudos de recuperação das “entradas” ou “cavernas”, como o da Fazenda das Gamelas, isso só a título de exemplo.

Uma pergunta que muitos fazem: para quê o Poder Público?! Qual a sua real função?!

Sugestões de trabalhos/pesquisas sobre a Vida e obra de Júlio Ferreira de Carvalho

- Cartórios (datas de nascimento, casamentos)
- Igrejas: batistério, casamentos
- Internet
- Assembleia Legislativa do Est. De Minas Gerais (discursos, emendas, pareceres...)
- OAB/MG, Inst. Advogados de M. Gerais
- Fóruns
- Revista Forense
- Faculdade de Direito

OBSERVAÇÃO – A Lei Orgânica Municipal estabelece, dentro das atribuições da Câmara Municipal, a “alteração e denominação de próprios, vias e logradouros públicos” (LOM art. 22-XV). Ao que parece, letra morta ou então a Edilidade vem abdicando de suas funções, pois o que se nota, no caso de loteamentos, são os próprios loteadores designando os nomes das vias dos bairros ou ruas e com o aval da Câmara. Daí não haver espaço para homenagens a outros grandes vultos da história são-tiaguense. Isso sem falarmos nas falhas dos projetos – ruas estreitas, ausência de espaço viário de interesse público (praças, parques, áreas amplas de lazer, espaços para construção de escolas, centros de saúde), a não observância de proteção ambiental...

Quem sabe, um dia se aprende maior atenção e respeito para com a memória local e a população!

O RIO JACARÉ



Importante rio de nossa região e do Estado – infelizmente, hoje, em situação crítica, quase agonizante - nasce o Rio Jacaré⁽¹⁾ no Município de São Tiago, divisas com os Municípios de Oliveira e Passa Tempo. É ele formado pelos ribeirões do Tatu e do Marimbondo (ou da Lavrinha), cujas nascentes contornam a Serra da Galga, na altura do povoado do Ouro Fino, divisas entre os Municípios de São Tiago, Passa Tempo e Oliveira.

Trata-se de considerável curso d'água, pois em sua extensão de 152 Km e bacia de 2.555 Km², ele se incorpora a duas grandes bacias hidrográficas do País: a do Rio Grande e a do Rio São Francisco (nesta, ao abastecer o Rio Calafate, afluente do Rio Pará). Sua profundidade média é de 1 metro, largura de até 40 metros, sendo possível navegá-lo, em pequenos barcos, a partir de Santana do Jacaré.

Suas águas atendem aos Municípios de São Tiago, Oliveira, São Francisco de Paula, Santo Antonio do Amparo, Candeias, Campo Belo, Cana Verde, Santana do Jacaré (inclusive sua sede) e movem as turbinas de três usinas hidrelétricas ao longo de seu percurso: Jacaré, Anil e Furnas (está na fronteira entre Campo Belo e Cana Verde)⁽²⁾.

Trata-se de rio histórico, porquanto é ele referência, mencionado desde o início da colonização de nosso Estado, em documentos oficiais, cartas de sesmarias e relatos de viajantes que atravessaram a região. Por ele, seguramente, passou a bandeira de Fernão Dias Paes, em sua épica busca de esmeraldas (1674). As primeiras sesmarias, autorizadas em 1737 pelo Governo Colonial, no “Caminho” ou “Picada de Goiás”, foram estabelecidas nos limites entre os Rios do Peixe e Jacaré. Viajantes que, por aqui passaram, como Inácio Pamplona, Pohl, Von Eschwege, Cunha Matos, Saint Hilaire etc., em especial no séc. XIX, fazem amplas citações ao Rio Jacaré.

Muitos e graves problemas afetam hoje a sua sobrevivência. Ao longo de seu curvilíneo itinerário, sofre ele agressões de toda ordem: desmatamentos ou insuficiência de cobertura e proteção ambiental de suas nascentes; desertificação de suas margens, talvez por ser ele um rio de várzeas (hidromórfico); carreamento de detritos sólidos para o seu leito; extrativismo de areia e do uso de suas águas, inclusive urbano. Enfim, uma interferência humana acentuada, danosa, que vem impactando suas características naturais, ambientais e acelerando sua degradação.

Não há programas ou projetos efetivos, eficientes, por parte das autoridades ou da sociedade quanto à sua recuperação, sequer preservação. É o que se podia esperar, pois o Poder Público é geralmente, senão reconhecidamente, inoperante. Fala-se, vez ou outra, em seu revigoramento florestal (matas ciliares), construção de “barraginhas” ou “bacias de contenção”, para retenção da água das chuvas e sua reincorporação aos lençóis freáticos e nascentes; curvas de nível etc.

A extração e sucção de areia, talvez, seja um dos principais motivos de sua deterioração, porquanto afunda-se a calha do rio, gerando, em consequência, a drenagem de suas várzeas (sugado o seu leito, o barranco torna-se área de recomposição automática, aí formando camadas de lama, “assoreando” e “raseando” o rio).

Pelo que se sabe, até o momento, não há sequer um programa consistente de controle e recuperação de nascentes, de fiscalização do extrativismo (areia captada até mesmo por marombas e outros maquinários pesados), contribuindo para a descaracterização e a pilhagem de tão valioso rio, ao longo do tempo. Há registros ainda de lixo lançado em suas margens e adjacências, os conhecidos “bota fora”, por visitantes, indústrias e propriedades rurais, despejos de esgotos domésticos etc.

Outro fator que afetou o curso do rio foram obras realizadas pelo Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas (Pro-Várzeas), na década de 1970, no Município de Oliveira, em que 15 Km de suas curvas foram “retadas”, para fins de cultivo de lavouras e uso de pastagens. Projeto fracassado e que deixaria grande impacto quanto ao controle das águas do rio (tornaram-se mais velozes, sem abastecer ou irrigar as margens), com prejuízos para flora, fauna e biomas.

O próprio rio é utilizado para abastecimento urbano, como ocorre em Oliveira, através de dois mananciais “Córrego dos Bois” e “Pontilhão de Areia” e ainda com captação direta. Outra causa de sua degradação são as voçorocas, comuns na região de suas nascentes, em particular na altura de Morro do Ferro. Os sedimentos provindos das voçorocas (esbarrancados), além de extinguirem nascentes e veredas, alcançam o leito do rio, assoreando sua superfície. O volume de água vê-se assim forçado a correr de forma subterrânea, reduzindo a sua calha e lâmina externas.

Fonte: Revista VIVA BEM – Julho/Agosto 2015 – págs.: 40 a 43

NOTAS

(1) A palavra “Jacaré”, segundo os etimólogos, vem do tupi-guarani “yaka’ré”, que significa “aquele que anda ou olha de lado”, “aquele que é torto, curvo, sinuoso”

(2) Usinas hidrelétricas movidas pelas águas do Rio Jacaré: I – Usina do Jacaré, com 2,88 MW, no Município de Oliveira, operada atualmente (desde 2009) pela empresa portuguesa LuzBoa; II – Usina do Anil, em Santana do Jacaré, com a potência de 2,08 MW, explorada pela CEMIG desde 1964; III – Furnas, também explorada pela CEMI.



Mi Lágrimas

O poeta Manoel de Barros disse que “Há histórias tão verdadeiras que às vezes parece que são inventadas.” É assim que lembramos dessa tragédia ocorrida em São Tiago há cem anos. Parece ficção, mas uma família real viveu todo esse drama e a narrativa permanece na memória de muitos são-tiaguenses.

Sabemos que José Gabet Júnior e Maria José dos Reis tiveram sete filhos. Crianças que cresciam e brincavam como todas as outras no início do século passado em nossa pequena comunidade. Uma típica família interiorana, com sua vida simples e pacata.

13 de setembro de 1916.

Não sabemos ao certo o que se passou naquele dia, naquela casa, com aquela família.

A verdade ficou perdida nas ruínas do tempo.
... no que restou daquela casa localizada onde hoje chamamos de Pavuna.

... no coração silenciado de cada uma daquelas pessoas.
... nas várias versões contadas da história.

O que se sabe é que Dona Nhanhá, por recomendação do marido, ministrou um “vermífugo” aos filhos.

Qual mãe não divide o único pão com os filhos e fica sem um pedacinho?

Ou ainda, diz-se saciada quando o alimento é pouco?
Pensando assim, talvez seja mais fácil compreender porque Dona Nhanhá foi a última a ingerir o “vermífugo”, na verdade, doses de veneno.

O que se seguiu depois?
Como mensurar a dor dessa mulher ao ver, um a um, seus filhos desfalecerem diante de seus olhos?

A quem gritar?
A quem clamar por ajuda?
A quem recorrer quando ela mesma sente em seu corpo os efeitos do envenenamento?

Nós não estávamos lá, mas, certamente, ela clamou por Deus. Rogou a Nossa Senhora e aos seus Santos de devoção para que lhes dessem forças para passar pelo calvário que se iniciava. Assim como Maria, ela permaneceu de pé.

Quanto tempo durou essa martírio?
Não se sabe ao certo.
Documentos registram, certidões buscam uma lógica, mas para aquela mulher certamente foi uma eternidade.

Um desejo de acolher cada um em seu colo e, como mãe, niná-los pela última vez... dar fim a todo sofrimento... acalmar de todo o medo... cuidar.

Salvar.
Trazê-los à vida mais uma vez.

Choro, súplicas, orações.
Perguntas sobre o motivo de tudo aquilo.
Um possível sentimento de culpa, quem sabe?

Depois, o silêncio.

O vazio da casa sem as crianças.
A dor da solidão.

Ela poderia ter parado por ali.

Dona Nhanhá poderia ter vivido seus dias a costurar os remendos das lembranças, alinhavando as memórias que já se tornavam distantes ou a procurar o fio da meada que lhe explicasse o porquê de tanto sofrimento...

Seria compreensível.

Entretanto, ela decidiu ir ao encontro do próximo.

Optou por transmutar seu sofrer em serviço àqueles que padeciam do corpo e da alma.

Suplantando sua dor, colocou-se ao lado daqueles que mais precisavam.

Vestiu-se de luto por toda a sua vida.

As vestes pretas, porém, eram tão paradoxais em sua figura! ...o sorriso em seu frágil rosto, a firmeza em suas finas mãos e a perseverança emanava de seu corpo franzino.
Era uma mulher com limitações, é claro, mas sua caridade sempre a fez iluminada.

Mulher de fibra, vivia em oração: no silêncio da igreja, na lida cotidiana da casa, nos lares que ia levando Nossa Senhora Visitadora.

Dona Nhaná foi exemplo de fé, esperança e caridade, virtudes que todo cristão deveria buscar.

Hoje aqui reunidos, rezamos pelas almas de todos os envolvidos nessa tragédia.

Que Deus dê a cada um deles o descanso eterno e a salvação. Só Ele conhece os insondáveis segredos do coração do homem, por isso não nos cabe nenhum tipo de julgamento.

Rezamos a Deus também por todas as pessoas que, naquele fatídico dia ou nos anos que se seguiram, foram apoio espiritual e material para dona Nhanhá Gabé.

Que Deus lhes recompense, bem como às suas famílias.

Em um mundo de tantos contra-testemunhos, somos abençoados por ter, em nossa história, esses exemplos de bondade e amor ao próximo.

Nossa família se orgulha de Tia Nhanhá, por isso estamos aqui, juntos, rezando por ela e por nossa família.

Como cantou Gonzaguinha devemos sempre ter “Fé na vida, fé no homem, fé no que virá. Nós podemos tudo, nós podemos mais!”.

Com as bênçãos de Deus e com os exemplos de Tia Nhanhá e de tantos outros homens e mulheres são-tiaguenses vamos escrevendo e reescrevendo nossa história com mil lágrimas e pequenos milagres cotidianos, sem esmorecer.

(Texto lido ao final da missa celebrada, aos 13 de setembro de 2016, em memória dos falecidos da Família Gabet)

**Eliza Cristina Vieira de Almeida e
Maria Inês Vieira de Almeida**